

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES

**REQUERIMENTO Nº _____, de 2015
(Do Sr. Fernando Francischini)**

Requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) convoque o senhor **Antonio Carlos Conquista** (como testemunha), Diretor-Presidente do Postalís, para que esclareça as causas do rombo de R\$ 5,6 bilhões nas contas do fundo, além da necessidade de os funcionários terem que pagar uma contribuição extra, que terá forte impacto em seus salários.

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 3º da Constituição Federal; no art. 2º, da Lei nº 1579, de 1952; e no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado, a fim de subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre os fundos de pensão.

JUSTIFICAÇÃO

Com o prejuízo do Postalís, os funcionários dos Correios terão de fazer uma contribuição extra em seus salários de 25% durante mais de 15 anos. Somados os descontos dos funcionários dos correios em seus salários superam os 35%. Isso é injusto e desumano.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR INDÍCIOS DE APLICAÇÃO INCORRETA DOS RECURSOS E DE MANIPULAÇÃO NA GESTÃO DE FUNDOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE FUNCIONÁRIOS DE ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS, OCORRIDAS ENTRE 2003 E 2015, E QUE CAUSARAM PREJUÍZOS VULTOSOS AOS SEUS PARTICIPANTES

Tudo isso por conta de uma má gestão pelos gestores do fundo. O Rombo bilionário ratifica essa falta de planejamento e desvio de recurso do fundo.

Por tudo isso, faz-se necessária a convocação do Diretor-Presidente do Postalís para que esclareça aos membros desta CPI o que levou um fundo tão importante a ter esse rombo em suas contas.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 2015.

Dep. Fernando Francischini
Solidariedade/PR